



**Marcas da resistência nos muros da Universidade: pichações e seus efeitos**  
Traces of resistance on the walls of the University: unallowed graffiti and their effects

Érica Daniela de Araújo<sup>1</sup>  
<https://orcid.org/0000-0003-1023-4575>

**Resumo:**

Neste artigo, analisamos, a partir da perspectiva teórica da Análise de Discurso, o funcionamento discursivo em duas pichações inscritas nos muros da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica. Buscamos compreender os possíveis efeitos de sentidos por elas produzidos, considerando sua constituição, formulação e circulação (Cf. ORLANDI, 2005b). Em nossa análise, essas pichações, escrituras da luta pelo pertencimento em uma sociedade de segregações e de exclusões, se marcam como formas de resistência ao já significado pelo discurso urbano (Cf. ORLANDI, 2004), dado que as posições-sujeito aqui analisadas questionam as evidências, jogam com o equívoco e expõem o não-dito.

**Palavras Chave:** Análise de Discurso; Cidade; Espaço urbano; Pichação; Resistência.

**Abstract:**

In this article, we aim at analyzing the discourse functioning of two graffiti sprayed, without permission, on the walls of the Federal University of Uberlândia, in Santa Mônica campus, from the theoretical perspective of the Analysis Discourse. We intend to understand the possible effects of meaning produced by them, considering their constitution, formulation and circulation (Cf. ORLANDI, 2005b). In our analysis, these graffiti are writings of the fight for belonging to a society full of segregation and exclusions and they are impressed as forms of resistance to the already meant urban discourse (Cf. ORLANDI, 2004), once the subject-positions we analyze here inquire the evidences, play with oversights and expose what has not been said.

**Keywords:** Discourse Analysis; City; Urban space; Graffiti; Resistance.

---

<sup>1</sup> Professora no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, unidade Araxá-MG. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Grupo de Pesquisa Fotografia e Discurso e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Linguagem e Subjetividade. E-mail: [ericadaniela\\_araujo@yahoo.com.br](mailto:ericadaniela_araujo@yahoo.com.br)

*A linguagem não é, pois, transparente, assim como a história também não o é. Tampouco o sujeito. No entanto, vivemos na ilusão da evidência. Quando produzimos um sentido ele nos parece evidente. Mas não é. Tanto não é que pode significar diferentemente para diferentes posições sujeitos.*

Eni Orlandi (2011, p. 697).

## 1. Introdução

A Análise de Discurso leva em conta a não transparência da linguagem e coloca em relação a língua e a história. Busca compreender os sentidos como gestos de interpretação, efeitos da relação do sujeito com a língua (ORLANDI, 1996, p. 46). Em outros termos, analisa os processos discursivos em funcionamento, considerando a historicidade, ou seja, a forma pela qual “a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2005a, p. 16). Logo, trabalha também a relação da língua com o discurso e a ideologia (ORLANDI, 2005a, p. 17).

Este trabalho, filiado à perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, inscreve-se entre aqueles que se dedicam à análise da cidade como espaço simbólico, espaço de sujeitos e significantes. Na formação social brasileira, esse espaço é marcado por desigualdades e exclusões, sendo social e politicamente dividido. Nessa perspectiva, concebemos a cidade como “espaço material (histórico, social, significativo) e não abstrato ou empírico” (ORLANDI, 2011, p. 695); trata-se de um espaço em que o simbólico e o político se articulam, produzindo memória. Os discursos aí se textualizam e são engendrados por relações de poder, cabendo ao analista de discurso “desautomatizar a forma de ler a cidade para poder compreendê-la em seus modos de significação específicos” (ORLANDI, 2003a, p. 14).

De acordo com Orlandi, a marca “constitutiva do processo de significação da cidade” (ORLANDI, 2004, p. 64) é a quantidade, que estrutura esse espaço e o significa como tal. Por quantidade compreende-se “uma concentração apreciável de seres, objetos e acontecimentos em um mesmo espaço, com convergências e divergências entre suas unidades (seres, objetos, acontecimentos)” (ORLANDI, 2003b, p. 23). Segundo essa autora, devido à sobreposição do urbano sobre a cidade, a quantidade passa a ser tratada de modo meramente administrativo, numa instância imaginária, silenciando as contradições e verticalizando as relações sociais, segregando e delimitando espaços. Nos dizeres da autora, a cidade e o social, quando simbolizados pelo discurso urbano, perdem “sua realidade concreta, apagando os equívocos, silenciando as contradições e/ou restringindo os espaços simbólicos” (ORLANDI, 1999, p. 7), dado que, inscrito no

imaginário, esse discurso, administrado e policiado, silencia o real da cidade, apaga o social e institui um sistema de exclusão.

Subsumindo esse modo de refletir sobre a cidade, neste artigo, analisamos duas pichações grafadas nos muros da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica. Compreendemos com Orlandi (2004, p. 30) que as pichações são *narratividades urbanas*, isto é, por ser algo fundamentalmente urbano, elas narram, nos muros e monumentos, por meio de uma escrita, às vezes indecifrável às vezes não, o modo como a sociedade se simboliza e simboliza para o sujeito. São *narratividades* porque materializam linguístico-historicamente, nesse espaço, dizeres daqueles que, “excluídos” do sistema, saem do “silêncio” por meio desse gesto<sup>2</sup> significado politicamente como ilegal.

Em 12 de fevereiro de 1998, por meio da lei nº 9.605, o ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso criminalizou o gesto de pichar em seu artigo nº 65, prevendo como pena, para aquele que o pratica, detenção e multa, haja vista se tratar, conforme a lei, de uma conduta lesiva ao meio ambiente. Essa lei foi alterada por meio da lei nº 12.408, em 25 de maio de 2011, pela ex-Presidente da República Dilma Rousseff. A alteração descriminalizou o grafite, contudo, nada alterou com relação à pichação. Tanto no discurso jurídico, que denomina o gesto de pichar como “conspurcar”, quanto no discurso do urbanismo, a pichação é considerada sujeira, depredação, vandalismo.

A lei, como obrigação imposta pelo poder público, nomeia o gesto de pichar e o censura, instituindo, pelo discurso urbano, o silenciamento dessa escritura como luta e resistência: o sujeito-pichador<sup>3</sup> luta pelo pertencimento em uma sociedade de exclusões e segregações. Ele resiste, transgride, “grita”, nos muros e monumentos público-privados, contra a organização do urbano, contra a dominação, contra a exclusão. Por resistência, tendo em vista a perspectiva teórico-metodológica aqui adotada, compreendemos, com Pêcheux (1990, p. 17), o “se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido no interior do não-sentido”.

Logo, a resistência de que falamos é a resistência que se inscreve no discurso, essa que rompe com os sentidos esperados, ou os faz deslizar, deslocar, instituindo outros processos de significação por meio do equívoco, do lapso, da ruptura, da falha, da falta,

---

<sup>2</sup> Consideramos a pichação como um gesto, no sentido de que ela é efeito da inscrição do sujeito na história, na linguagem, no simbólico.

<sup>3</sup> Optamos por grafar “sujeito-pichador” tal como fez Eni Orlandi (Cf. 2004, p. 107; 2005c, p. 11).

do excesso. Sendo assim, o sujeito-pichador, pela inscrição em uma determinada posição-sujeito, “resiste ao não-sentido e busca a simbolização” (ORLANDI, 2005c, p. 14); em sua inscrição simbólica, esse sujeito resiste quando altera os sentidos instituídos, esperados, e ressignifica os processos interpretativos.

Desse modo, as pichações aqui analisadas materializam diferentes processos de significação. Buscamos expor o olhar leitor a essa opacidade, de tal modo a “escutar” o não-dito no dito (ORLANDI, 2003a). Logo, objetivamos analisar as pichações como gesto simbólico e compreender os possíveis efeitos de sentidos por elas produzidos, considerando sua constituição, formulação e circulação (Cf. ORLANDI, 2005a). Abordando a pichação como gesto simbólico interventivo característico do espaço urbano, voltamos nosso olhar para a cidade em seu aspecto simbólico-político, de modo a compreendê-la por meio do discurso. Sendo assim, procuramos responder, por meio da análise do funcionamento do discurso da e na cidade, especificamente no que concerne às pichações analisadas, a duas questões, quais sejam: O que essas pichações nos dão a ler? Como o sujeito-pichador textualiza sua relação com a cidade?

## 2. Mo(vi)mentos de análise

Analisamos duas pichações nos muros da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica, como já dissemos. As fotografias das pichações foram produzidas em 20 de março de 2018 e pertencem o nosso arquivo pessoal. Desconhecemos a autoria e a data em que as pichações foram produzidas.

### 2.1 Pontuação como marca de resistência

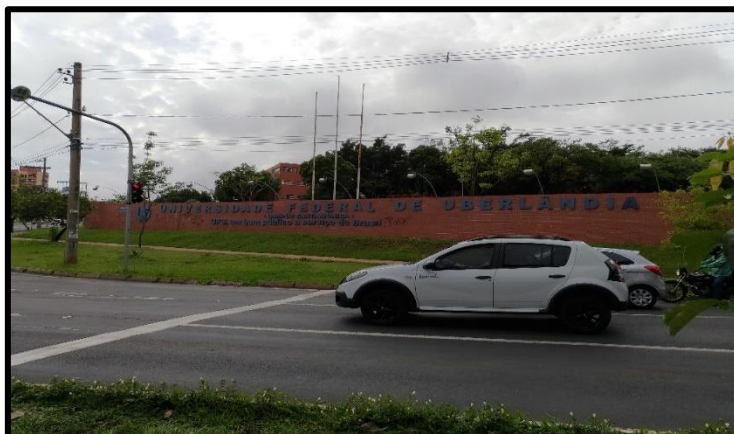


Figura 1: Muro da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica.

Fonte: arquivo da autora.

Nas fachadas da Universidade Federal de Uberlândia, nos muros que cercam esse espaço “público”<sup>4</sup>, em seus vários campi, lê-se: “UFU, um bem público a serviço do Brasil”. No campus Santa Mônica, esse enunciado foi ressignificado por um sujeito-pichador que desorganiza “o que a sociedade, ao organizar(se), silencia” (ORLANDI, 2004, p. 114). Abaixo, uma fotografia da pichação à qual nos referimos:



Figura 2: Muro da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica.

Fonte: arquivo da autora.

Ao lado de rabiscos indecifráveis aos não iniciados na prática da pichação, o sujeito-pichador, com spray azul, mantendo a cor original do enunciado, grafa, no lugar que funcionava como um ponto final, um ponto de interrogação. Ao fazê-lo, ele suspende o valor de verdade do enunciado, (d)enunciando a exclusão/segregação por meio da exposição do não-dito. Esse sujeito-pichador, em seu gesto, desloca sentidos, ressignificando o enunciado a partir de outras filiações de sentidos.

Do ponto de vista da gramática normativa - que define a pontuação como conjunto de sinais gráficos utilizados na modalidade escrita para reconstruir os recursos rítmicos da fala - o ponto de interrogação acima grafado consistiria em um “sinal que se usa no fim de qualquer interrogação direta, ainda que a pergunta não exija resposta” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 656). Nessa definição, os sinais de pontuação que indicam “a pausa e a melodia” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 643) prestam-se tão somente a marcar na escrita a cadência da fala, ficando restritos aos aspectos sintáticos, sem relação com a significação. Essa perspectiva da gramática, conforme Dahlet (2006, p. 24), “acentua o

<sup>4</sup> As aspas aqui enfatizam a relação nada tranquila entre os limites do público e do privado, como analisa Orlandi em seus trabalhos sobre a cidade como espaço simbólico (cf. 2005c, 2011, entre outros).

caráter normativo, deixando a impressão que a pontuação é um objeto cuja aplicação fica pronta de antemão, e pode realizar-se de uma só maneira”.

Afastando-se desse ponto de vista, Dahlet (2006) analisa, a partir da perspectiva interacionista, a pontuação como uma operação enunciativa de produção de sentidos, investigando os processos que levam ao uso de determinados sinais de pontuação e não outros. O que ela analisa é que “pouquíssimos sinais de pontuação ficam regidos pela norma enquanto a maioria decorre da intenção de comunicação ou da interação estabelecida entre quem escreve e quem lê” (DAHLET, 2006, p. 24). Segundo ela, “todos os sinais de pontuação, em todos os níveis (de palavra, de frase ou de texto) trazem consigo uma dimensão enunciativa. Isso mostra que o sentido se constrói em situação (*in situ*), quer dizer, à medida que a comunicação se elabora como tal” (DAHLET, 2006, p. 25).

Na análise de Dahlet (2006), o ponto de interrogação pode realizar-se em cotexto monologal, como marcador interativo, e em cotexto dialogal, como sinal de conduta de diálogo. Embora a perspectiva teórica adotada por Dahlet não seja a que praticamos neste trabalho, a pesquisa por ela desenvolvida nos interessa porque aborda a pontuação de maneira não intuitiva e não a reduz ao nível sintático: Dahlet descola a questão da pontuação para o campo da significação, investigando os desdobramentos semânticos decorrentes da interação. Nos dizeres da autora: “a pontuação participa do sentido em elaboração no ato da comunicação escrita” (DAHLET, 2006, p. 26). De nossa parte, nos distanciamos de Dahlet (2006) por compreendermos a pontuação como um gesto de interpretação, ou seja, como marca da relação da língua com a história, e não como uma escolha no “ato da comunicação escrita” em face da interação. Sendo assim, no caso em análise, a troca do ponto final pelo ponto de interrogação expõe o político, ou seja, a existência de diferentes posições discursivas disputando os sentidos de Universidade.

Ainda sobre os estudos acerca da interrogação no campo da linguística, retomamos brevemente Anscombe e Ducrot (1981). Esses autores, no artigo “Interrogation et argumentation” (1981), se propõem a descrever as frases interrogativas em francês, haja vista seu papel intrinsecamente argumentativo. Ao descreverem a interrogação *Est-ce que p?*, entre outros aspectos, os autores buscam explicitar a relação de afinidade entre a interrogação retórica simples e a negação. Para tanto, apresentam três atos que tal interrogação incluiria (ANSCOMBRE; DUCROT, 1981, p. 16), quais sejam:

- a) a afirmação prévia do enunciado. De acordo com os autores, toda interrogação positiva contém uma afirmação, mas ela é polifônica, na medida em que tem como possibilidade enunciativa de resposta a afirmação e a negação.
- b) a expressão de uma incerteza em relação ao enunciado. Nesse caso, os autores destacam que as interrogações são polifônicas, dado que a incerteza expressa pela questão *Est-ce que p?* pode ter como resposta a afirmação ou a negação. Contudo, conforme apontado, quando a interrogação é positiva, a força argumentativa é maior para uma resposta negativa. Além disso, as respostas de tipo dúvida configuram-se, para os estudiosos, como formas enfraquecidas de negação.
- c) a criação de uma obrigação de resposta. Essa obrigação, devido à própria polifonia da interrogação, pode ter como resposta a afirmação ou a negação.

Levando em consideração esses apontamentos, para Anscombe e Ducrot (1981), a interrogação funciona em um jogo polifônico entre afirmação e negação, dado que apresenta essas duas possibilidades de resposta. Voltando-nos para o enunciado em análise, ao grafar o ponto de interrogação, o sujeito-pichador desestabiliza os sentidos do enunciado afirmativo “UFU, um bem público a serviço do Brasil”, tornando-o polifônico, na medida em que o abre à possibilidade de duas respostas, relativas a duas orientações argumentativas distintas:

(1) UFU, um bem público a serviço do Brasil?

(a) A UFU é um bem público a serviço do Brasil.

(b) A UFU não é um bem público a serviço do Brasil.

Anscombe e Ducrot (1981), tendo a argumentação como objeto de pesquisa privilegiado, focalizam os aspectos intralinguísticos no funcionamento argumentativo da língua, ou seja, a argumentação é considerada por eles como intrínseca ao sistema linguístico. Diferentemente, nossa perspectiva de análise é a dos processos discursivos. Para nós, no gesto de pichação em questão, estão em jogo posições discursivas. Sendo assim, essa polifonia, na perspectiva da Análise de Discurso, diz respeito ao jogo discursivo no qual diferentes posições sujeito se inscrevem na divisão política do simbólico. Em (a), se inscreve a discursividade dominante segundo a qual a Universidade é um “bem público” e que está a “serviço do Brasil”. Essa discursividade é negada em (b), posição discursiva que questiona o caráter público e a quem serve a Universidade.

Também filiado à perspectiva discursiva, Silva Sobrinho (2015) analisa a argumentação como parte dos processos discursivos, uma vez que, segundo ele, “os sujeitos, os objetos simbólicos [...] e os sentidos são efeitos da relação da língua com a história em processos inscritos nas ideologias que constituem a formação social” (SILVA SOBRINHO, 2015, p. 12). Sendo assim, a argumentação é compreendida “como um efeito do modo como o indivíduo é assujeitado pela ideologia” (SILVA SOBRINHO, 2015, p. 12). Em outros termos: “a argumentação decorre da posição-sujeito, ou seja, é um efeito do funcionamento ideológico pelo qual o dizer se inscreve numa formação discursiva e não em outras. E essa inscrição no interdiscurso nem sempre é consciente para o sujeito” (SILVA SOBRINHO, 2015, p. 24).

Nessa medida, o gesto de pichar um ponto de interrogação no enunciado em análise, do ponto de vista discursivo, desloca os sentidos do Estado sobre a Universidade, inscrevendo sentidos outros. Como analisam Mariani e Medeiros,

no gesto da pichação materializa-se um gesto de luta que torna visível o se significar ao mesmo tempo em que significa um modo singular de existência e de resistência. Resistência social e, por que não dizer, resistência frente aos processos que homogeneizam e indistinguem os sujeitos. Pichar – como símbolos e letras em sua maioria indiscerníveis – tem esse aspecto de produzir uma singularidade, ou melhor, uma forma de subjetivação de referências sobre o mundo e, também, de delimitação de territórios e pertencimento a lugares ou grupos (MARIANI; MEDEIROS, 2013, p. 10).

Sendo assim, o gesto de pichar o ponto de interrogação, no enunciado em questão, desestabiliza os sentidos sobre a Universidade como instituição pública a serviço do Brasil. A dissimetria entre aquilo que o discurso em (a), “A UFU é um bem público a serviço do Brasil”, organiza e significa e aquilo que o sujeito-pichador desorganiza e enuncia em (b), “A UFU não é um bem público a serviço do Brasil”, expõe um lugar de resistência desse último ao já significado (ORLANDI, 2004, p. 68). O sujeito-pichador, ao trocar o ponto final pelo ponto de interrogação, questiona as evidências, joga com o equívoco.

Na materialidade linguística da prática discursiva em análise, o ponto de interrogação da pichação produz, no processo de significação, diferentes efeitos de sentidos, a depender do modo como a interrogação incide sobre o dizer. Lançando mão da paráfrase como instrumento de análise que nos permite expor a opacidade do dizer e os sentidos em funcionamento no discurso, temos:



(2) UFU, um bem público a serviço do Brasil?

(a) A interrogação pode incidir em todo o enunciado

➤ A UFU é um bem público a serviço do Brasil?

1. Sim, é um bem público e está a serviço do Brasil.
2. Não, não é um bem público e nem está a serviço do Brasil.

(b) A interrogação pode incidir apenas em “bem público”

➤ A UFU é um bem público?

1. Sim, é um bem público e está a serviço do Brasil.
2. Não, não é um bem público, mas está a serviço do Brasil.

(c) A interrogação pode incidir em “a serviço do Brasil”.

➤ A UFU está a serviço do Brasil?

1. Sim, é um bem público e está a serviço do Brasil.
2. Não, é um bem público, mas não está a serviço do Brasil.

No primeiro caso, um gesto de interpretação possível seria o questionamento do sujeito-pichador sobre todo o enunciado, configurando-se como inscrição simbólica que revela efeitos da posição-sujeito frente à discursividade dominante sobre a Universidade.

No segundo caso, se a interrogação incide somente sobre “bem público”, o sujeito-pichador coloca em xeque o sentido dessa expressão, haja vista sua inscrição em um muro que delimita espaços na cidade: se público, por quê fechá-lo? Essa indistinção entre o público e o privado institui, pelo viés político, um sistema de diferenças entre quem está dentro e quem está fora dos muros. A palavra “bem”, efeito da memória discursiva, relaciona-se ao discurso da patrimonialização; já “público” relaciona-se àquilo que é concernente ao povo e ao Estado (ORLANDI, 2003b, p. 45 e 47), trata-se, assim, de uma “propriedade” de “uso comum”. Nessa medida, temos, na delimitação espacial da Universidade, uma contradição: as esperas do público e do privado funcionam juntas.

Por fim, no terceiro caso, se a interrogação incide sobre “a serviço do Brasil”, o sujeito-pichador contesta a função da Universidade de servir ao país: ou porque seu acesso não é para todos; ou porque seu discurso científico não é tangível à população geral, serve aos empresários via pesquisas aplicadas; ou porque sua pesquisa não é de “utilidade” geral etc. Várias são as possibilidades de interpretação, dado que os sentidos são efeito “da relação do sujeito com a língua e com a história, relação sempre aberta ao equívoco,

ao deslize, à transferência” (SILVA SOBRINHO, 2015, p. 14). Salientamos que, de nossa perspectiva, “todo enunciado está intrinsicamente exposto ao equívoco da língua, sendo, portanto, suscetível de tornar-se outro” (ORLANDI, 1998b, p.11). No caso, é equívoco que parcelas da formação social estão sendo nomeadas por “Brasil”.

Ainda sobre o enunciado em análise, outro aspecto nos chama a atenção, qual seja: em sua elaboração – “UFU, um bem público a serviço do Brasil” – optou-se pela elipse do verbo “ser” – “UFU é um bem público a serviço do Brasil”. Do ponto de vista da gramática normativa, essa elipse é possível, sendo obrigatório o uso da vírgula no lugar do verbo para evitar ambiguidades. A vírgula, de acordo com Cunha e Cintra, “marca uma pausa de pequena duração. Emprega-se não só para separar elementos de uma oração, mas também orações de um só período” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 644). Entre os possíveis empregos para a vírgula, Cunha e Cintra assinalam seu uso: a) no interior da oração, para suprimir uma palavra; b) para separar elementos com funções sintáticas diferentes, geralmente com o objetivo de realçá-los, como no caso do aposto, que especifica, enumera, esclarece o elemento anterior.

Do ponto de vista discursivo, essa elipse do verbo “ser” é significativa, dado que, ao retirar o verbo, a posição discursiva remete o enunciado ao pré-construído, isto é, a um “já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2005a, p. 31). Isso produz efeito ideológico de evidência que silencia outras posições discursivas. O enunciado em questão remete, assim, a uma rede de memória que considera tal asserção como estabilizada e inquestionável, dando efeito de sustentação ao dizer. Contudo, trata-se de efeito, tanto o é que o sujeito-pichador, que grafou o ponto de interrogação ao final do enunciado em análise, filia-se a outra rede de memória. Nessa medida, se, ao contrário, não houvesse a elipse, ou seja, caso a formulação fosse “UFU é um bem público a serviço do Brasil”, a posição discursiva poderia, mais facilmente, se abrir à polêmica.

Como lemos em Orlandi, “todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos” (2005a, p. 33). No caso em análise, a memória (constituição), o interdiscurso, “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído” (ORLANDI, 2005a, p. 31), funciona colocando em xeque as evidências de sentido e a transparência da linguagem. Por seu turno, a formulação refere-se ao intradiscurso, isto é, à atualidade do dizer: a inscrição do ponto de interrogação, ao

final do enunciado “UFU, um bem público a serviço do Brasil”, instaura determinadas possibilidades de interpretação. Essa formulação atualiza a memória e articula seu dizer. Por fim, a circulação desse enunciado, ressignificada pela pontuação pichada, no muro de uma Universidade pública, expõe o transeunte, que por ali passa, a vários sentidos possíveis. Ele pode ser interpelado pela discursividade dominante que significa a Universidade como “bem público a serviço do Brasil”; e/ou pela discursividade na qual a pichação se inscreve, qual seja a de que a Universidade não é pública ou não está a serviço do Brasil, ou nem uma coisa nem outra; e pode ainda ser interpelado apenas pela discursividade do urbanismo que significa a pichação como vandalismo.

## 2.2 Equívoco e efeitos de sentidos

Ainda nos muros da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica, lê-se outra pichação. Assim como a pichação anteriormente analisada, essa se inscreve na contradição que conforma os espaços públicos e privados da cidade:



Figura 3: Muro da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica.  
Fonte: arquivo da autora.

Vê-se, na fotografia, pela imagem do muro, o espaço urbano, com seus muros e bolsões, estabelecendo divisões e reorganizando as fronteiras entre o público e o privado: o espaço “público” é vigiado, monitorado, cercado; é “público”, mas não o é, porque não é para todos. O espaço da cidade, em seu aspecto simbólico-político, é conformado por relações de poder que regulam os processos de segregação (ORLANDI, 2011, p. 698). Só é possível excluir e silenciar aquele que está dentro do mesmo sistema. Nos dizeres de

Orlandi (2004, p. 141): “os sujeitos sociais não são meros espectadores, mesmo que estejam participando no silêncio, na exclusão. É assim que funciona o sistema capitalista: ele só pode excluir quem está dentro”. Desse modo, esses sujeitos, no espaço urbano estruturado pela quantidade, instauram uma luta política pelo pertencimento: o capitalismo, conforme exposto por Orlandi (2011), funda um sistema de diferenças entre os que estão dentro e os que estão fora dos muros; sistema que segrega e que simboliza as relações de poder instituídas.

O enunciado “Pelo fim dos muros academicos”, pichado com tinta preta, no muro lateral da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica, expõe o leitor ao real da cidade silenciado pelo discurso burocrático urbano. Em outros termos, a organização imaginária do discurso urbano, policiado e administrado, é desestabilizada pelo real, isto é, por aquilo que “fura” essa organização e faz inscrever, na ordem do discurso da cidade, o que foi silenciado. Isso ocorre porque o sujeito-pichador, em seu gesto, significado pelo jurídico e pelo urbanismo como vandalismo e sujeira, confronta o simbólico e o político. Com Orlandi (1999, p. 8-9) compreendemos que “os sujeitos se constituem em processos nos quais se confrontam o simbólico e o político, instituindo modos de subjetivação específicos ao modo de existência da sociedade na história. Se assim é, os sentidos, por sua vez, não são evidentes, ao contrário, são sujeitos ao equívoco da língua” (ORLANDI, 1999, p. 8-9). Nessa medida, esse sujeito, excluído e segregado do espaço da Universidade, (se) significa naquilo que grafa, sai do silêncio naquilo que diz, instaura modos de subjetivação desviantes em relação à ordem dominante.

Como analistas de discurso, nosso “compromisso como pesquisador, é justamente pôr luz sobre os fatos resistentes, tornando visível o seu mecanismo de produção. É, enfim, construir, como diz Pêcheux, procedimentos que exponham a opacidade do texto ao olhar do leitor” (FERREIRA, 2000, p. 31). É o que buscamos fazer. Na pichação em análise, “Pelo fim dos muros academicos”, primeiramente, chama-nos a atenção o fato de o enunciado ser introduzido por palavras de ordem – “Pelo fim dos” –, as quais, muitas vezes utilizadas em manifestações, marcam uma posição discursiva frente a uma problemática social, requerendo mudanças e incitando outros a participarem da mesma luta. Trata-se de um tipo de expressão breve, polêmica, muitas vezes anônima, destinada às massas a fim de estimular uma ação. No caso desse enunciado, cujas condições de produção são bastante específicas, a posição-sujeito aí instaurada questiona a verticalização das relações sociais decorrentes das relações de poder engendradas pelo

sistema: os que estão incluídos na Universidade e os que estão excluídos dela. Logo, um dos gestos de interpretação possíveis para esse enunciado está atrelado à luta pelo pertencimento, à disputa pelo espaço da Universidade pública.

Interessante, também, em nossa análise, o emprego da palavra “muros” na formulação do enunciado. Em nosso gesto analítico, comparamos os sentidos dicionarizados da palavra “muro” com os sentidos possíveis na pichação. Conforme o verbete do dicionário Houaiss, “muro”, substantivo masculino, significa:

- 1** Rubrica: construção.  
parede robusta de pedra, cantaria, alvenaria etc., us. para cercar determinada área, servindo-lhe de proteção e/ou limite
- 1.1** Rubrica: construção.  
obra extensa e robusta, construída para cercar e defender uma cidade; muralha (mais us. no pl.)
- 2** Derivação: por extensão de sentido.  
qualquer coisa que sirva de divisa entre espaços
- 3** Derivação: por metáfora.  
tudo o que se presta a defender alguém ou algo de dano, ameaça, perigo etc.; defesa, proteção
- 4** Regionalismo: Brasil.  
área vedada onde se encontram resguardadas as colmeias
- 5** Regionalismo: Ceará.  
área, ger. com jardim ou horta, que se localiza atrás das casas; quintal

Os sentidos 1 a 3 são possíveis nas condições sócio-históricas do enunciado em análise. Contudo, essas mesmas condições sócio-históricas possibilitam-nos atribuir à palavra “muro” outros sentidos que não constam no discurso lexicográfico, isso porque, de nossa perspectiva teórica,

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem (PÉCHEUX, 1997, p. 160).

Considerando a inscrição do enunciado nas lutas ideológicas que constituem a formação social brasileira, a palavra “muros”, adjetivada por “academicos”, pode significar:

- a) Parede que delimita a Universidade;
- b) Obstáculo que impede o acesso à Universidade, podendo esse ser de várias ordens: os processos de seleção excludentes; os critérios de ingresso por cotas etc.
- c) Obstáculo que restringe a atuação acadêmica e a aprendizagem em um espaço geográfico demarcado, não as expandindo para fora desse limite;
- d) Obstáculo que dificulta o acesso ao saber produzido na Universidade: devido à natureza da linguagem, à pouca divulgação etc., defendendo a divulgação do conhecimento acadêmico para além dos limites da Universidade, de tal modo a possibilitar a troca de saberes, por exemplo.
- e) Obstáculo da ciência, cuja rigorosidade teórico-metodológica e as barreiras burocráticas impedem a produção de saberes que gerem efeitos imediatos à sociedade.
- f) Etc.

Vários são, portanto, os efeitos de sentidos possíveis para o enunciado em análise. O equívoco trabalha a opacidade dos sentidos, a não transparência da linguagem. Logo, não há sentido único; o sentido se constrói a partir das relações possíveis de serem estabelecidas pelos sujeitos em uma determinada conjuntura sócio-histórica (Cf. STEFANIU; RAIMO, 2016, p. 28). Em outros termos, “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (ORLANDI, 2005a, p. 42-43). É por isso que “todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, de se deslocar discursivamente” (PÊCHEUX, 2008, p. 53), já que “o sujeito é afetado pela ideologia, pelo efeito de literalidade, pela ilusão de conteúdo, pela construção da evidência do sentido, pela impressão do sentido-lá” (ORLANDI, 2004, p. 22). Dessa forma, o gesto de interpretação é, de fato, “intervenção no real do sentido” (ORLANDI, 2004, p. 21-22), dado que possibilita a filiação, a depender da posição-sujeito em jogo, a determinados efeitos de sentidos e não outros.

Sobre o equívoco que observamos na análise do enunciado “Pelo fim dos muros academicos”, compreendemos tratar-se de fato de linguagem constitutivo da ordem do sistema da língua. Nisso acompanhamos Ferreira (2000), que analisa os modos pelos

quais o equívoco possibilita rupturas no fio discursivo. Fundamentando-se em Pêcheux, a autora reconhece a língua como sistema não fechado e, por isso, sujeito a falhas; em seus dizeres: “o equívoco irrompe como um lugar de resistência que é inerente à língua e à sua constituição e compatível com a natureza instável, heterogênea e contraditória de um sistema não-fechado” (FERREIRA, 2000, p. 15). Conforme exposto, o equívoco é algo próprio da língua, que

[...] se manifesta, vem à tona e ganha corpo e significação. O modo de materializar-se pode ser pelo viés da falta, do excesso, do repetido, do parecido, do absurdo, do nonsense, e por aí se estendem as possibilidades. O que há de comum em todas elas é a ruptura do fio discursivo e o impacto efetivo na condição de fazer e desfazer sentidos. Isso acontece porque a língua é um sistema sintático intrinsecamente passível de jogo. E dentro desse espaço de jogo, as marcas significantes da língua são capazes de deslocamentos, de transgressões, de rearranjos. É isso que faz com que um determinado segmento possa ser ele mesmo ou outro, através da metáfora, da homofonia, da homonímia, dos lapsos de língua, dos deslizamentos sêmicos, enfim, dos jogos de palavras e da dupla interpretação de efeitos discursivos (FERREIRA, 2000, p. 108).

Sendo assim, de acordo com a autora, todo dizer está exposto ao equívoco. A ambiguidade, por sua vez, considerada “caso-limite do equívoco, é considerada como lugar privilegiado de sua expressão” (FERREIRA, 2000, p. 80). Logo, a Análise de Discurso, como dispositivo teórico-metodológico, ao relacionar língua, história e ideologia, analisa os processos discursivos em funcionamento, por isso volta-se para os fatos de linguagem, considerando a historicidade. Nesse campo teórico, “a falha, a fissura, o deslizamento não são índices negativos, são *lugar de resistência*, lugar do impossível (nem tão impossível) e do não-sentido (que faz sentido)” (FERREIRA, 2000, p. 24, grifos da autora).

Na pichação em análise, o sujeito resiste à delimitação/obstacularização imposta de forma violenta aos que são segregados e excluídos do espaço da Universidade pública e reivindica o pertencimento a esse espaço social e ao conhecimento nele produzido. A pichação funciona, assim, como marca da luta ideológica, das relações de poder que conformam a divisão entre o que é público e o que é privado no espaço urbano separado à produção de conhecimento, divisão, como analisamos, trabalhada pelo equívoco.

Outra pichação, ao lado do mesmo portão da Universidade, chama-nos a atenção. Grafada também com tinta preta, a inscrição “Abram os portões”, quando relacionada à pichação anterior, “Pelo fim dos muros acadêmicos”, aponta para uma contradição nas

redes de filiação, isso porque, enquanto a pichação “Pelo fim dos muros academicos” reivindica, conforme anteriormente assinalado, uma mudança de ordem na estrutura social desse espaço, reclamando pertencimento e resistindo à delimitação/obstacularização imposta; a pichação “Abram os portões”, por seu turno, também reclama pertencimento a esse espaço social, contudo, sugere certa manutenção dessa ordem, dado que a abertura dos portões seria suficiente para a inclusão nesse espaço.



Figura 4: Muro da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica.  
Fonte: arquivo da autora.

Como pontuamos, realizamos o registro dessas pichações em março de 2018. Em setembro do mesmo ano, os muros da Universidade foram pintados, conforme figuras abaixo, “apagando a materialidade que lá se inscrevia num gesto de silenciamento do heterogêneo que compõe a cidade” (MARIANI; MEDEIROS, 2014, p. 141). Contudo, embora higienizado, reorganizado, é possível ver, ainda, no *street view* do Google Maps, cuja versão data de novembro de 2017, as referidas pichações, as quais, tentou-se apagar, mas que continuam significando.





Figura 5: Muro da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica.  
Fonte: arquivo da autora.



Figura 6: Muro da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica.  
Fonte: arquivo da autora.

### 3. Considerações finais

Neste artigo, buscamos refletir, a partir da perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, sobre os processos de significação de duas pichações presentes nos muros da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica. Ressaltamos, em nossas análises, em que medida o equívoco, ao produzir efeitos de sentidos, sendo “produto de uma construção linguística e histórica, que passa por um processo social no qual os sujeitos determinam e são determinados” (FERREIRA, 2000, p. 75), dá a ver a

opacidade da linguagem. De nosso ponto de vista, a significação não é fechada ou dada a priori, mas construída linguístico-historicamente em processos que colocam em relação a inscrição de determinadas posições-sujeito, por isso todo discurso está sujeito ao equívoco.

Nos dois casos analisados, manifestou-se, pelo gesto da pichação, modos de resistência frente à determinação do discurso urbano, às exclusões e às segregações impostas pelo sistema. As posições-sujeito inscritas questionam as evidências, jogam com o equívoco e expõem o não-dito; colocam em xeque a organização instaurada pelo discurso urbano, ressignificando-a e expondo filiações de sentido que funcionam à margem da sociedade, resistindo.

Ao edificar um muro que delimita os espaços, como o da Universidade pública, esse “público” passa a ser tomado pelo privado, como propriedade, como bem. Instaura-se, assim, uma luta pelo pertencimento entre aqueles que, estando no mesmo sistema, são segregados e excluídos. É nessa medida que o urbano, conforme Orlandi, “não representa a cidade em seu real, mas é justamente o imaginário pelo qual a cidade é tomada ou como espaço empírico, já preenchido, ou como um espaço abstrato, calculável, administrado por especialidades da gestão pública” (ORLANDI, 2011, p. 695). O discurso urbano institui, em seus modos de organização, um sistema de diferenças que separa os sujeitos e silencia as contradições presentes nesse espaço.

O sujeito-pichador, por meio de seu gesto proibido por lei e discursivizado como vandalismo, grafa sua escrita nos muros e monumentos público/privados, desorganizando a institucionalização do urbano, que o desconsidera, o silencia, o exclui, o segrega. Em sua escrita, esse sujeito-pichador, articula sentidos e identidades, confrontando o simbólico e o político e instituindo um lugar de resistência ao já simbolizado. Esse sujeito picha “para tentar fazer algum sentido” (ORLANDI, 2005c, p. 10); “ele resiste ao não-sentido e busca a simbolização” (ORLANDI, 2005c, p. 14); ressignificando o já-dito e lutando pelo pertencimento em uma sociedade de segregações e de exclusões.

## Referências

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. Interrogation et argumentation. In.: **Langue française**, n. 52, 1981. L'interrogation, sous la direction de Michel Meyer. p. 5-22. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/lfr\\_0023-8368\\_1981\\_num\\_52\\_1\\_5103](https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1981_num_52_1_5103)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. Lei n. 9605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras

providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9605.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Lei n. 12408, de 25 de maio de 2011. Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12408.htm#art6](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12408.htm#art6)>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DAHLET, Véronique. **As (man)obras da pontuação: usos e significações**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa; MEDEIROS, Vanise Gomes de. E quando a pichação é da prefeitura? Pichar, proscrever, dessubjetivar. **RUA (UNICAMP)**, v. 19, p. 5-19, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638229/5876>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. A desorganização cotidiana. **Escritos**, Campinas, v. 1, p. 3-10, 1998a. Disponível em: <<https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos1.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **Rua**, nº 4, p. 9-19, 1998b. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. N/o limiar da cidade. **RUA (UNICAMP)**, número especial, p. 7-19, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640678/8222>>. Acesso em: 15 jan. 2018

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (Orgs.). Ler a cidade: o arquivo e a memória. In.: **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003a, p. 7-20.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (Orgs.). Polizêmico. In.: **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003b, p. 21-63.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Cidade dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2005a.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. A cidade como Espaço Político-Simbólico: Textualização e Sentido Público. In.: **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2005b, p. 185-202.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Ponto final: interdiscurso, incompletude, textualização. In.: \_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2005b. p. 109-126.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. **Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, 2005c, Porto Alegre/RS. p. 1-16 Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/CONFERENCIA/EniOrlandi.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. A casa e a rua: uma relação político-social. **Educação e Realidade**, v. 36, p. 693-703, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/18491/14348>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24, 1990. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823/4544>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

SILVA SOBRINHO, José Simão da Silva. Discurso e argumentação: políticas de/da memória no texto publicitário. In.: BENITES, Flávio Roberto Gomes; COCCO, Marta Helena (Orgs.). **A língua nossa de todo dia**. Cáceres: UNEMAT Editora, 2015, p. 10-26.

STEFANIU, Luciana Fracasse; RAIMO, Luciana C. Ferreira Dias di. O espaço urbano, o grafite e a identidade do sujeito catador. **RUA (UNICAMP)**, v. 1, n. 22, p. 19-32, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8646064/13207>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

Data de Recebimento: 11/10/2018

Data de Aprovação: 05/02/2018

**Para citar essa obra:**

ARAÚJO, Érica Daniela. Marcas da resistência nos muros da Universidade: pichações e seus efeitos. In: **RUA** [online]. Volume 25, número 1 –p. 357-376– e-ISSN 2179-9911 – junho/2019. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.

<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Capa: Muro da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica. Fonte: arquivo da autora

**Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB**  
**Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI**  
**Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP**

<http://www.labeurb.unicamp.br/>

**Endereço:**

LABEURB - LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS

UNICAMP/COEN / NUDECRI

CAIXA POSTAL 6166

Campinas/SP – Brasil

**CEP** 13083-892

**Fone/ Fax:** (19) 3521-7900

**Contato:** <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>